

Lavinia Gasperini

Moçambique: educação e desenvolvimento rural



ISCOS

Moçambique: educação e desenvolvimento rural

Lavinia Gasperini

Edizioni Lavoro/Iscos

Iscos 8

Colecção do Instituto dos sindicatos para a cooperação
com os países em vias de desenvolvimento

©copyright 1989
Edizioni Lavoro Roma
via Boncompagni 19

capa de Aldo Gagliardi
acabado de imprimir em Março de 1989
tipografia Union Printing,
ss Cassia nord km 87, Viterbo

A fotografia da capa é de Lavinia Gasperini.
Tradução de Cristina Castro

Sumário

Introdução de Nino Sergi	p. 4
Prefácio	p. 7
Prólogo	p. 9
Abreviaturas	p. 10
Capítulo 1	
Direcção cultural colonial e sistema educativo	p. 11
a) O antagonismo entre escola e não-escola na formação social colonial	p. 11
b) A contradição no sistema escolar colonial entre escolas de não-trabalho e escolas de trabalho	p. 12
c) O retrato dos colonizados feito pelos colonos	p. 13
d) O Estatuto missionário e a Concordata	p. 15
e) O trabalho manual nas escolas missionárias	p. 19
f) Algumas considerações	p. 21
Capítulo 2	
A educação nas “zonas libertadas” pela Frelimo antes da independência	p. 22
a) A união estudo-trabalho na ideologia da Frelimo e a concepção educativa de Samora Machel	p. 22
b) As escolas primárias das zonas libertadas	p. 26
c) As escolas secundárias	p. 27
d) Algumas considerações	p. 28
Capítulo 3	
Continuidade e ruptura com a experiência das zonas libertadas: a independência	p. 31
a) As mudanças no sistema	p. 32
b) A democratização das escolas: a OPAE	p. 33
c) A escola primária	p. 35
d) Educação secundária	p. 37
e) O último ciclo (10ª e 11ª classes)	p. 39
Capítulo 4	
Algumas experiências	p. 40
a) Centro Piloto Januário Pedro	p. 40
b) Escola Filipe Elija Magaia: actividades nos meses de férias	p. 41
c) ... e outras escolas primárias	p. 42
d) Escola secundária da Frelimo de Mariri	p. 42
e) Escola secundária da Frelimo da Namahacha	p. 45
f) Gécua	p. 46
Capítulo 5	
Dois nós cruciais	p. 50
a) A formação dos professores primários	p. 50
b) A mudança de sistema: o sistema nacional de educação	p. 64
Capítulo 6	
A Universidade	p. 67
a) Antes e depois da independência	p. 67
b) As “actividades de Julho”	p. 68
c) A Faculdade de Educação: os cursos de formação de professores	p. 70
Capítulo 7	
Educação e desenvolvimento	p. 87
a) Educação e desenvolvimento rural	p. 87
b) Tentativa de formular o “princípio” da união estudo-trabalho com base na realidade educativa de Moçambique	p. 89
Notas	p. 93
Bibliografia	p. 98

Introdução

De Nino Sergi

(director do Iscos-Cisl)

A educação é a estrada mestra para a preparação dos recursos humanos necessários ao crescimento de um país e ao seu desenvolvimento. Em Moçambique, infelizmente, os programas educativos realizados após a independência estão hoje seriamente ameaçados por factores externos ao sistema educativo.

Ao declínio económico que se acentuou a partir de 1981, e às calamidades naturais como a seca e as cheias, juntaram-se os efeitos de uma guerra conduzida contra o governo por bandos armados pela Renamo, apoiados pela África do Sul e por ex-colonos portugueses.

As situações de emergência e as necessidades de defesa trouxeram graves cortes à despesa pública destinada à educação, e determinaram a estagnação do sistema educativo em termos quantitativos e qualitativos. As escolas foram um alvo privilegiado das acções de destruição e saque da Renamo, e milhares de estudantes e professores foram assassinados, raptados, mutilados.

Segundo o ministério da Educação, na sequência das acções dos bandidos armados, só 3.828 das 5.682 escolas primárias em actividade em 1981 ainda funcionavam em 1987, e cerca de meio milhão de alunos e 5 mil professores abandonaram a escola, em êxodo quer no interior quer no exterior do país. Foram fechadas 25% das escolas secundárias, atingindo 20% dos alunos e 12% dos professores.

No campo da educação, há ainda os custos humanos da guerra que, apesar de menos visíveis que a destruição dos edifícios escolares, são muito mais graves. As atrocidades que centenas de milhares de jovens sofreram e os traumas que daí vieram aumentam as responsabilidades do sistema de educação, que procura hoje responder às novas necessidades dos jovens através de acções especiais de reabilitação.

Estagnação, destruição física, qualidade de ensino baixa, falta de meios e uma juventude traumatizada vão precisar de recursos adicionais e mudanças profundas no sistema. Foi feito um apelo à Itália – que de resto já está presente sobretudo na formação universitária e profissional – e a outros países para que intensifiquem a sua intervenção de cooperação no sector da educação, e dediquem atenção especial à componente formativa dos projectos de cooperação.

A deterioração do sistema de educação torna mais difícil a solução dos problemas sociais e económicos e cria um círculo vicioso que compromete o futuro do país. Para sair desta situação é necessário encontrar políticas que revitalizem o ensino e os programas de formação, tendo em conta quer a situação actual quer os progressos e os limites das experiências do passado.

Muitas escolas analisadas neste volume foram teatro de atrocidades por parte da Renamo nos últimos anos. Inúmeras experiências inovativas foram abortadas à nascença, e a memória delas corre o risco de se perder. Trata-se de preservar o património de experiências que, apesar dos seus limites e erros, foram conduzidas nos anos em que o país pôde viver uma situação de relativa paz, de modo a constituírem inspiração e encorajamento para se prosseguir na procura de um caminho nacional original. O contributo deste volume deve ser visto neste sentido.

Aqui analisa-se em especial a forma como o sistema de educação construído depois da independência pode preparar os jovens que acabam a escola a inserirem-se nos trabalhos produtivos, sobretudo na agricultura, de modo a garantir a satisfação das necessidades primárias da população, e como pode contribuir para travar a tendência ao êxodo do campo para a cidade. Como pode, por outras palavras, contribuir para promover o desenvolvimento.

Moçambique, país nas prioridades da cooperação italiana – 405 biliões de liras nos últimos 7 anos e cerca de mil biliões em compromissos – faz parte do grupo dos 28 países mais pobres do mundo. A análise da realidade educativa moçambicana mostra de que maneira a situação nos países em vias de desenvolvimento é articulada e complexa, rica de história e de cultura, de especificidades e potencialidades próprias, e como a mesma pode dar indicações úteis a intervenções de cooperação, sobretudo no campo da formação e da educação para o desenvolvimento.

Este volume descreve como o sistema de educação herdado do período colonial era inadequado aos objectivos de autogoverno e de crescimento económico do novo país independente (cap. 1). Ainda antes da independência, nas zonas libertadas, e logo a seguir, pelo menos nos oito primeiros anos, a expansão quantitativa do sistema de educação de Moçambique consolidou-se gradualmente mas de forma consistente (cap.s 2 e 3) e foi acompanhada por um processo inovativo que, apesar de nem sempre ter sido linear e unívoco, atingiu todos os níveis do sistema (cap.s 4, 5 e 6).

Este estudo, realizado no âmbito da educação comparada, procura indicar na história do sistema de educação as possíveis identidades sob as aparentes diferenciações e contradições, e as substanciais diversidades sob as aparentes semelhanças.

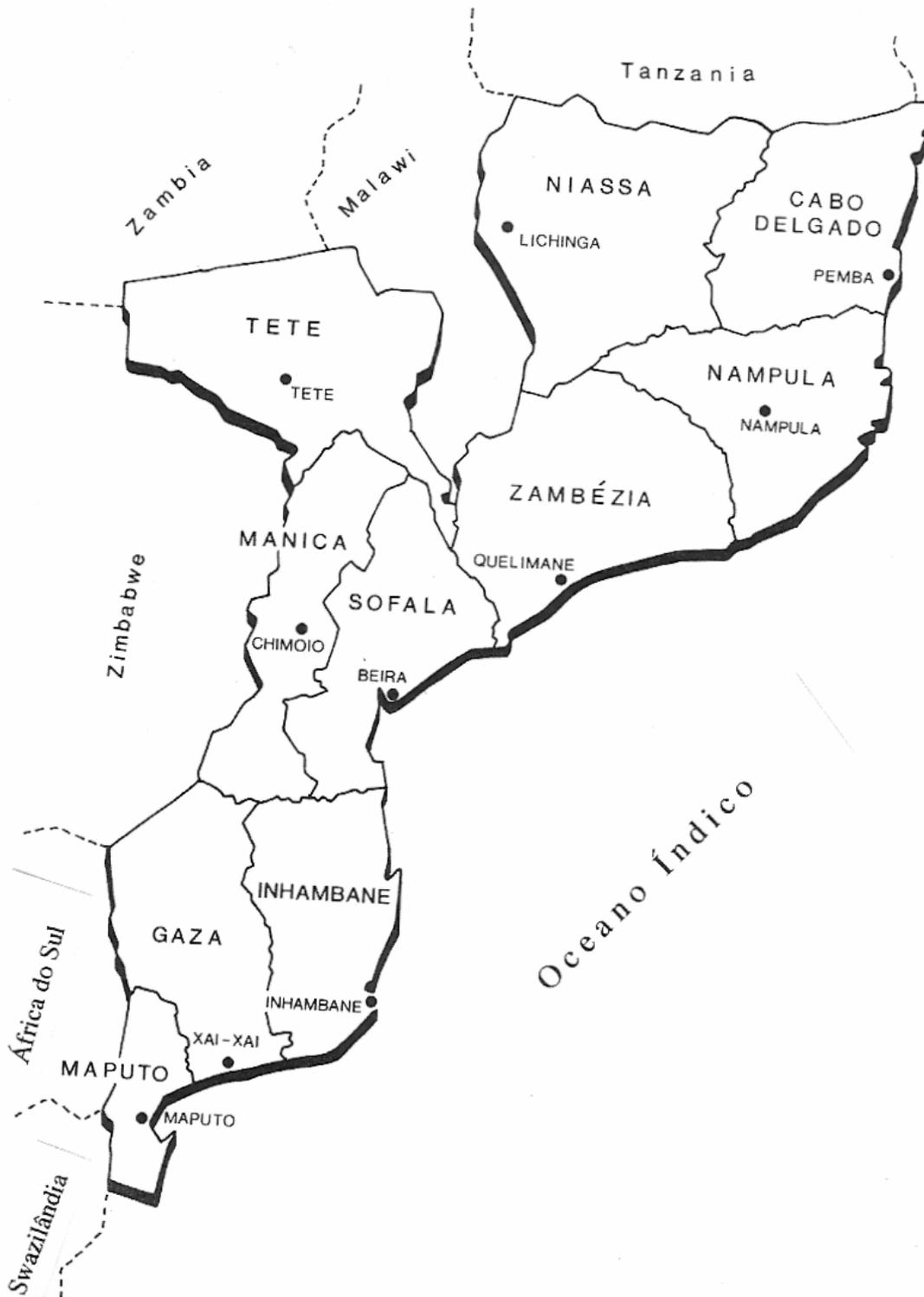
Depois de ter sido procurado o aspecto recorrente e geral dos factos que aproximam a realidade específica de Moçambique aos traços mais característicos dos sistemas educativos dos numerosos países em vias de desenvolvimento, foram formulados alguns princípios (cap. 7) com o objectivo de contribuir para a reflexão que decorre em Moçambique à cerca da relação entre sistema educativo e exigências de desenvolvimento.

A educação e o desenvolvimento rural representam para Moçambique, como de resto para muitos outros países, o “fecho de abóbada” num caminho para uma maior autonomia, liberdade mais verdadeira, desenvolvimento mais real que, ao assumir o “novo”, tutele e enriqueça ao mesmo tempo o património cultural e a visão da sociedade e das relações humanas.

Ligado a Moçambique por uma estreita, sincera e profícua colaboração há muitos anos, o Iscos acolhe com interesse este estudo na sua colecção de publicações. Trata-se de uma tese de doutoramento de pesquisa apresentada à Sorbonne em 1987 pela autora, que pôde acompanhar de perto em Moçambique os primeiros anos após a independência, colaborando activamente na expansão do sistema de educação.

Lavinia Gasperini
Moçambique: educação e desenvolvimento rural

em memória de Nathaniel



Prefácio

Uma hipótese e algumas interrogações

Moçambique é um país independente desde 1975. Durante quase cinco séculos foi uma colónia portuguesa. A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) passou a governar o país após uma guerra de libertação de 10 anos.

Tal como na maioria dos países do Terceiro Mundo, aqui desenvolvimento significa essencialmente desenvolvimento rural. A agricultura fornece cerca de 45% do Pib e ocupa 84% da população activa, a indústria 7% e o sector terciário 4%. Grande parte da produção agrícola é de tipo “familiar”, baseada sobretudo em técnicas de produção tradicionais, de baixo rendimento. A política da Frelimo definiu a agricultura como o eixo central do desenvolvimento e a indústria como o elemento de dinamização.

Após a independência, factores de natureza diversa como a conjuntura internacional desfavorável, as calamidades naturais e algumas escolhas na política económica determinaram uma progressiva flexão da produção agrícola. Esta situação, já de si difícil, foi agravada pela desestabilização por parte da resistência nacional moçambicana, Renamo. Na nossa tradição ocidental o termo resistência tem, *a priori*, uma conotação positiva. Mas em Moçambique não, pois significa resistência à mudança trazida pela independência, resistência ao novo governo; a mesma é financiada por ex-colonos portugueses e pela África do Sul e age contra toda a região da África Austral.

Hoje o conjunto da produção alimentar satisfaz menos de metade das necessidades mínimas da população, e centenas de milhares de pessoas encontram-se em constante perigo de vida. Por esse motivo o país recorre massivamente às ajudas internacionais, mas as potencialidades agrícolas são tantas que se acredita numa recuperação e desenvolvimento centrados nas mesmas. Basta recordar que a Frelimo, que nos primeiros anos depois da independência tinha privilegiado o sector estatal em prejuízo dos sectores familiar e cooperativo, voltou a dar atenção a estes dois. O primeiro fornece grande parte da produção alimentar actual, sendo por isso considerado um sector prioritário. Prevê-se o desenvolvimento a longo prazo da produção cooperativa, envolvendo a produção familiar. A Frente considera que a organização dos pequenos agricultores em associações vai economizar substancialmente recursos e esforços, para além de introduzir inovações tecnológicas necessárias ao aumento da produtividade no trabalho.

As cooperativas deverão passar a ser o fulcro da vida produtiva nas *Aldeias Comunitárias*. Estas aldeias comunitárias, que em 1983 não passavam de 300, vão reunir a população que vive espalhada, de modo a proporcionar ao maior número possível de pessoas os benefícios da acção do Estado, melhorando a qualidade de vida nas zonas rurais, concretamente no que se refere a serviços de saúde, escolas, transportes, comércio e fornecimento hídrico.

A Frelimo definiu o seu programa de desenvolvimento “socialista” sem basear-se em modelos ou princípios abstractos mas com o objectivo de transformar a organização social do campo e aumentar a produtividade do trabalho, em função das necessidades do país e da participação da população.

A avaliação da eficácia do sistema de educação deve ter em atenção estes programas de desenvolvimento. O sistema de educação contribuirá para a transformação auspiciada pela Frelimo se forem identificadas e resolvidas as contradições principais entre as exigências do desenvolvimento, a herança educativa colonial e algumas tendências surgidas após a independência que se mostraram resistentes à mudança. Trata-se de analisar se o novo sistema educativo prepara ou não os jovens a inserirem-se em trabalhos produtivos depois de acabarem a escola, sobretudo na agricultura, trabalhos esses que garantam a satisfação das necessidades primárias da população ou se, pelo contrário, os leva para o sector terciário e a urbanização. Em suma, se o sistema impede ou promove a transformação.

A hipótese desta pesquisa pode ser assim formulada:

A presença sistemática no sistema de educação da relação estudo-trabalho determina a eficácia e a coerência entre o próprio sistema e os programas de desenvolvimento.

A relação pode exprimir-se nos seguintes termos: eficácia do sistema de educação = f (presença sistemática da relação estudo-trabalho no sistema). Nesta relação foi destacada a ligação estudo-trabalho como variável independente, porque é vista como a principal característica da educação para o desenvolvimento em Moçambique. Com efeito, considera-se que as alterações da variável dependente (eficácia do sistema educativo) estejam associadas às de outras variáveis independentes como por exemplo a formação de professores, a rede escolar, os materiais didácticos, etc que, contudo, vão ser aqui tomados em consideração só na sua relação com as duas variáveis destacadas anteriormente.

Para verificar a hipótese é oportuno responder a algumas questões.

Trata-se de analisar:

- como eram o estudo e o trabalho na formação social moçambicana antes da independência, na escola colonial e nas zonas libertadas;
- em que medida, depois da independência, a vontade de renovação expressa na legislação e nas declarações oficiais se concretizou em experiências orgânicas e generalizadas;
- se a integração do estudo com o trabalho caracteriza o sistema educativo no seu conjunto ou se constitui essencialmente um tributo formal a um dogma;
- se as experiências de produção escolar difundiram-se por todo o sistema ou são excepção;
- se o trabalho produtivo na escola forneceu o fundamento de uma cultura que exprima uma nova maneira de pensar e de agir, ou se ficou reduzido a uma resposta contingente a necessidades imediatas ou a um ritual sem nenhum significado pedagógico;
- se os professores, nos diferentes níveis do sistema educativo, foram preparados para responder às necessidades do desenvolvimento rural através de acções de formação apropriadas;
- se os currículos, os meios didácticos e o calendário escolar foram elaborados de maneira a interligar de forma coerente o estudo e o trabalho;
- se os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que os jovens aprendem na escola projectam as suas aspirações para o mundo rural ou a urbanização;
- se o trabalho na escola é um instrumento de integração das regiões urbanas e rurais, dos diferentes estratos sociais e dos dois sexos ou se continua a agir como elemento de diferenciação.

Nem todas estas interrogações encontrarão uma resposta exaustiva e definitiva na presente pesquisa. Contudo, espera-se que ela possa trazer novos estudos que analisem com uma profundidade cada vez maior as diversas variáveis nas suas múltiplas relações.

Sucessos e insucessos do sistema educativo de Moçambique independente não vão ser analisados com base num “metro” absoluto e abstracto, ou num modelo de “sistema escolar socialista ideal”, a cuja legitimidade conceptual voltaremos mais adiante. Serão analisados como parte de uma experiência que teve de ser actuada improvisamente, em condições de extraordinária dificuldade, com recursos materiais e humanos desesperadamente inadequados, com uma guerra em curso junto à fronteira com a Rodésia no início e mais tarde em muitas zonas onde opera a Renamo, no interior do país.

Prólogo

A autora procurou sistematizar experiências e reflexões relacionadas com o trabalho de campo no sector da formação em Moçambique entre 1977 e 1985, em diversos ramos e níveis do sistema educativo. Estas circunstâncias levaram-na a estudar o passado, a conhecer as experiências educativas de diversas regiões do país, a participar em debates, a formular hipóteses e propostas. Na qualidade de jornalista, pôde também obter autorizações para viajar e conhecer realidades educativas em zonas muito diversas. A pouco e pouco amadureceu uma exigência de aprofundamento que a levou a analisar de forma explícita de que maneira se realizava a relação entre sistema educativo e necessidade de desenvolvimento.

Estabeleceu como limite temporal 1983, ano em qual foi introduzido o Sistema Nacional de Educação, cuja entrada em vigor foi feita gradualmente ao longo de dez anos. Qualquer avaliação seria, portanto, prematura.

Através de uma abordagem comparativa, estudou a história da educação de Moçambique para observar como é que se apresentou a relação estudo-trabalho nas diferentes formações sociais.

A primeira parte do volume é um estudo diacrónico centrado sobretudo na *educação colonial* e na experiência conduzida pela Frelimo durante a *guerra de libertação nacional*. A *educação tradicional* – as manifestações educativas de origem pré-colonial que se mantiveram até hoje – é apenas mencionada, uma vez que ainda não existe um conhecimento sistemático e aprofundado sobre a mesma.

Na segunda parte analisa-se a educação depois da independência.

A pesquisa baseia-se em:

- a. sistematização da experiência da autora em Moçambique no campo da formação;
- b. elaboração dos dados colhidos a partir de documentos orais, escritos e fotografados, provenientes do trabalho de campo;
- c. estudo de documentação pedagógica relacionada com a experiência de diversos países;
- d. documentação produzida para a pesquisa, constituída por:
 - entrevistas individuais e de grupo a estudantes, professores e responsáveis do sistema de educação a vários níveis (nacional, regional, provincial e de localidade);
 - pesquisas cognitivas em 32 escolas de diferentes ramos e níveis do sistema de educação, em 9 das 11 regiões de Moçambique;
 - debates e inquéritos realizados com alunos e docentes da universidade Eduardo Mondlane de Maputo, em especial da Faculdade de Ciências da Educação;
 - documentação produzida no decorrer das actividades realizadas na FCE como jornalista;
 - imagens (*slides* e fotografias).

Outras informações foram recolhidas nas bibliotecas da universidade Eduardo Mondlane de Maputo, nos arquivos dos órgãos de informação, no Centro nacional de documentação (Cedimo), no Ministério da Educação, no Arquivo Histórico de Moçambique, na biblioteca do Instituto para o Desenvolvimento da Educação (Inde) e no Ministério do Plano.

Abreviaturas

A.c.	Aldeias comunais
Aju's	Actividades de Julho
Cedimo	Centro de documentação e de informação de Moçambique
Cea	Centro de estudos africanos
Cfp	Curso de formação de professores
Cfpp	Curso de formação de professores primários
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
Inde	Instituto nacional de desenvolvimento da educação
Mce	Movimento de cooperação educativa
Mec	Ministério da Educação e Cultura
Mpla	Movimento Popular de Libertação de Angola
Ojm	Organização da juventude moçambicana
Opae	Organização política e administrativa das escolas
Renamo	Resistência nacional moçambicana
Sne	Sistema nacional de educação
Uem	Universidade Eduardo Mondlane